

Paim anuncia que dará maior abrangência ao Fundo Social

Relator do projeto que cria o Fundo Social com recursos da exploração do pré-sal, Paulo Paim antecipou que vai sugerir mudança na proposta do governo. Além da educação, ele pretende que a Previdência Social e a área de saúde também sejam beneficiadas. **3**

Empresas que usam reciclagem podem ter IPI reduzido

A Comissão de Meio Ambiente do Senado deve votar amanhã projeto que reduz o IPI das empresas que realizarem atividades de reciclagem. A redução vale para os resíduos que podem ser reaproveitados e para os bens elaborados com material reciclado. **2**

Projeto na CCJ obriga shopping a manter câmeras de filmagem

Votações dependem de acordo sobre dívidas de agricultores



Instituto de Pecuária do Bahia

Três propostas trancam a pauta de amanhã do Plenário. O primeiro item é o projeto de conversão que autoriza a União a conceder crédito de até R\$ 6 bilhões à Caixa Econômica e de R\$ 1 bilhão ao Banco do Nordeste

Avotação em Plenário está condicionada ao entendimento do governo com senadores da bancada nordestina. Estes exigem garantia de que será incluída na medida provisória a negociação da dívida dos agricultores do Semiárido. Também trancam a pauta a medida que concede incentivo fiscal a montadoras e fabricantes de veículos instalados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e o projeto que exige formação superior para professores da educação básica. **3**

Projeto Policultura no Semiárido, em Cafarnaum, Bahia: senadores cobram do governo negociação de dívidas dos agricultores da região

Com saudação de Sarney, Rádio Senado chega a Fortaleza

O sinal da Rádio Senado entrou no ar em Fortaleza. Desde sexta-feira, os ouvintes da capital cearense que sintonizam em 103,3 MHz podem acompanhar a íntegra da programação da emissora, durante as 24 horas do dia, com seleção musical, programas especiais,

noticiários e a transmissão ao vivo de sessões do Plenário e reuniões das comissões. Senadores e autoridades participaram da cerimônia de inauguração, iniciada por uma saudação do presidente José Sarney veiculada ao vivo, direto do Plenário do Senado. **2**

Patrícia Saboya (D), Heráclito Fortes e Inácio Arruda (de terno claro) ouvem Cid Gomes na inauguração da rádio no Ceará



Guilherme Benedito/TV Ceará

Emissora será sintonizada na capital cearense na frequência 103,3 MHz. Transmissão reproduzirá programação que está no ar durante todo o dia

Sinal da Rádio Senado chega a Fortaleza

COM UMA SAUDAÇÃO transmitida do Plenário, o presidente José Sarney inaugurou na sexta-feira o sinal da Rádio Senado para Fortaleza. Falando para as autoridades presentes no estúdio da TV Ceará, ele ressaltou que o 1º secretário da Casa, Heráclito Fortes, estava na cerimônia como representante da Mesa diretora. Também estiveram presentes Inácio Arruda (PCdoB) e Patrícia Saboya (PDT), ambos senadores pelo Ceará, além do governador do estado, Cid Gomes, entre outros.

A Rádio Senado FM poderá ser sintonizada em Fortaleza na frequência 103,3 MHz. Sarney disse que a transmissão irá reproduzir a programação normal, que está no ar



Sarney: projeto de expansão visa levar emissora a todas as capitais

durante todo o dia.

O senador ressaltou que os transmissores da TV Senado (por meio de sinal aberto UHF) e da Rádio Senado estão abrigados na TV Ceará, emissora do governo estadual.

– O projeto de expansão visa levar a Rádio Senado a todas as capitais – disse.

De segunda a quinta-feira, a Rádio Senado transmite, ao vivo, as sessões plenárias do Senado, que começam às 14h. Nas sextas-feiras, as sessões se iniciam às 9h. Nas manhãs de terças, quartas e quintas-feiras, é possível acompanhar os debates e votações nas comissões.

Senadores destacam transparência e democracia

Na cerimônia de inauguração do sinal da Rádio Senado em Fortaleza, o 1º secretário, Heráclito Fortes, destacou o caráter de integração da emissora.

– Eu acho que esse é um grande tento que se marca no momento que cada vez mais é preciso que haja transparência na ação do Senado brasileiro – disse.

Patrícia Saboya e Inácio Arruda apontaram a Rádio e a TV Senado como instrumentos de fortalecimento da democracia.

O Diretor da Secretaria de Comunicação do Senado, Fernando Cesar Mesquita, explicou que o sistema de comunicação da Casa reproduz a realidade do trabalho legisla-

tivo quando a maioria dos meios de comunicação privados prefere o escândalo ou a polêmica.

– Há um trabalho intenso no Senado. O papel da Rádio Senado é fazer o cidadão ser bem informado sobre o que acontece, ou seja, é o direito do cidadão ser informado – frisou.

Projeto reduz a zero IPI para as empresas de reciclagem

A adoção de alíquota zero do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para empresas que realizam atividades de reciclagem é o que determina projeto (PLS 510/09) da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que será votado amanhã pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A medida se aplica aos resíduos recicláveis e a bens elaborados por empresas que utilizam matéria-prima feita com esses resíduos,

desde que representem 70% do custo total da produção.

Serys afirma que a iniciativa, se aprovada, irá promover a criação de empregos, além de reduzir a geração de resíduos e a poluição.

A pauta da CMA, com 14 matérias, também inclui projeto (PLC 35/09) que obriga a oferta, pela internet, de meia-entrada para apresentações culturais. A proposta já foi aprovada pelas comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Educação, Cultura e Esporte.

Obrigatoriedade de câmeras em shoppings

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar amanhã projeto que torna obrigatória a instalação de câmeras de filmagem em *shopping centers* e empreendimentos similares. O relator, Romeu Tuma (PTB-SP), recomenda a aprovação da proposta (PLC 119/09).

Pelo texto, do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), o estabelecimento que infringir a norma ficará sujeito a multa diária de R\$ 5 mil.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

CI Debate sobre a área de Engenharia Civil

- 18h Como parte do ciclo de debates Recursos Humanos para Inovação e Competitividade – Agenda Desafio 2009/2015, a Comissão de Serviços de Infraestrutura realiza debate sobre “Desafios, necessidades e perspectivas da formação e capacitação de profissionais da área de engenharia no Brasil”. Foram convidados para o painel o diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp), Carlos Henrique de Brito Cruz; o ex-reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) Michal Gartenkraut; o presidente do Conselho de Administração do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Marco Antônio Raupp; e o professor de Engenharia Civil Edinaldo Afonso Marques de Melo.

Terça-feira

Plenário Três itens mantêm pauta trancada

- 14h A pauta de votação continua trancada por duas medidas provisórias e pelo projeto de lei que dispõe sobre a exigência de nível superior para professores da educação básica, que tramita em caráter de urgência constitucional.

CRA Divulgação obrigatória de análises da Anvisa

- 9h30 O primeiro item da pauta da comissão é a proposta que institui a Política Nacional de Abastecimento. Os senadores analisam ainda projeto que torna obrigatória a divulgação pela internet das análises laboratoriais resultantes de fiscalização realizada em empresas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

CAE Revitalização após enchentes de 2008 e 2009

- 10h Entre os 14 itens da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, está o projeto que cria programa para a revitalização das áreas atingidas pelas enchentes nos anos de 2008 e 2009 e projeto que regulamenta operações de fomento mercantil.

CE Estudo pode reduzir tempo de prisão

- 11h A comissão examina proposta que altera a Lei de Execução Penal para instituir a hipótese de remição de pena pelo estudo. Outro projeto em análise autoriza o Executivo a criar a Universidade Federal do Nordeste de Goiás, em Formosa.

CMA Redução de IPI para reciclagem

- 11h30 A Comissão de Meio Ambiente e Legislação Participativa analisa projeto que reduz o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre atividades de reciclagem. Outra proposta em discussão na CMA torna obrigatória a inserção, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, de informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte.

Quarta-feira

CCJ Trote vexatório vira crime

- 10h Na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, projeto que torna crime o trote vexatório e proposta que permite o porte de arma de fogo aos integrantes de carreira de institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal.

CDR Ride de Macapá e Santana

- 11h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo analisa projeto que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) de Macapá e Santana, no Amapá. Outra matéria altera lei para eliminar o visto temporário para os empregados de navio de turismo estrangeiro, quando em águas brasileiras.

CCT Televisão comunitária

- 8h30 O primeiro item da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática é o projeto que institui o serviço de televisão comunitária. Também em exame estão projetos de decretos legislativos para concessão de rádios em diversos estados.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Paulo Paim • Geraldo Mesquita Júnior

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suelly Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves
Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Paulo Paim quer ampliar áreas beneficiadas pelo Fundo Social

Relator, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), do projeto de lei que cria o Fundo Social com recursos da exploração de petróleo no pré-sal (PLC 7/10), Paulo Paim (PT-RS) anunciou na sexta-feira que também vai sugerir a destinação de uma parte para a Previdência Social e o setor de saúde. O senador fez um balanço de sua atuação parlamentar nos primeiros 45 dias de funcionamento do Senado em 2010.

Paim assinalou que já apresentou neste ano um total de 51 propostas, entre projetos de lei, propostas de emenda à Constituição e requerimentos, sendo que quatro dos projetos foram aprovados e enviados à Câmara dos Deputados.

Paim voltou a sugerir que a Previdência Social não seja incluída na Desvinculação de Receitas da União (DRU), assim como ocorre com a área de educação.

– A DRU devora 20% das verbas orçamentárias destinadas à Previdência Social, o que representa mais de R\$ 50 bilhões por ano – disse o senador, para quem, em condições normais, a Previdência Social

não é deficitária.

O parlamentar também defendeu o reajuste das aposentadorias e pensões no mesmo percentual de crescimento do produto interno bruto (PIB).

– Ora, [o crescimento] o PIB de 2009 foi zero. Então, que não haja reajuste, é a vida. Mas para 2010 já se prevê um aumento de 6% no PIB. Então, que se dê um reajuste de 6% a todas as aposentadorias – afirmou.

Paulo Paim citou todas as audiências públicas e sessões especiais de homenagem que propôs e foram realizadas no ano. Adiantou que haverá outras, como a de 27 de abril, para debater o projeto de lei (PLS 271/08) que cria o Estatuto do Motorista Profissional.

O senador prometeu ainda lutar pela regulamentação das profissões de historiador e teólogo; pela garantia de adicional de periculosidade para oficiais de justiça e vigilantes; pela regulamentação da estabilidade do dirigente sindical; pelo disciplinamento das perícias médicas; e pela extinção das altas médicas programadas.



Paulo Paim anunciou que vai propor a destinação de parte dos recursos do pré-sal para a Previdência e a área de saúde

Sarney defende partilha, mas sem prejudicar produtores

O presidente do Senado, José Sarney, defendeu a utilização dos rendimentos obtidos com o petróleo extraído da camada de pré-sal por todos os estados, contanto que os estados produtores não sejam prejudicados.

O texto aprovado na Câmara, na quinta-feira, recebeu uma emenda que prevê a distribuição dos royalties do petróleo com base nos fundos de Participação dos Estados e dos Municípios (FPE e FPM), o que diminuirá o montante de recursos atualmente recebidos por estados produtores.

Proposta pelos deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Humberto Souto (PPS-MG) e Marcelo Castro (PMDB-PI), a emenda beneficia os estados não produtores de petróleo. Essa foi a principal mudança feita no texto do deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN).

Tanto Sarney quanto o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), admitiram que a proposta poderá ser

aperfeiçoada no Senado, onde chegou na sexta-feira.

Protestos

Criticada por parlamentares dos estados produtores, a emenda modifica drasticamente a distribuição dos recursos. Segundo o senador Francisco Dornelles (PP-RJ), pelos critérios dos deputados, o Rio de Janeiro, principal produtor, passará a receber apenas R\$ 100 milhões, em vez dos R\$ 5 bilhões que recebe atualmente. Como consequência, disse, o estado poderá ir à falência.

Já o senador Gerson Camata (PMDB-ES) lembrou que a Constituição estabelece pagamento de royalties aos estados em que há extração de petróleo e gás, mesmo se localizados na plataforma marítima ou no mar territorial.

O projeto é um dos quatro enviados ao Congresso pelo governo para tratar do marco regulatório do petróleo para a exploração do produto na área do pré-sal.

Bancada nordestina quer compromisso do governo de incluir negociação da dívida dos agricultores da região no texto do PLV 18/09, que transfere R\$ 6 bilhões para a Caixa

Só acordo desobstrui pauta de votações de amanhã

OS SENADORES APRESENTARAM 26 emendas ao Projeto de Lei de Conversão (PLV) 18/09, proveniente da Medida Provisória (MP) 470/09, que autoriza a União a conceder crédito de até R\$ 6 bilhões à Caixa Econômica Federal e de R\$ 1 bilhão ao Banco do Nordeste do Brasil S. A.

Os recursos destinados à Caixa e ao Banco do Nordeste têm o propósito de atender à demanda por empréstimos e financiamentos. Além das emendas do Senado, a MP original do governo recebeu outras 22 emendas da Câmara.

O projeto é o primeiro item da sessão deliberativa de amanhã e está trancando a pauta. Sua votação ainda depende de um acordo do governo com os senadores da bancada nordestina, que exigem garantia do Ministério da Fazenda de que será incluída no texto da MP a negociação da dívida dos agricultores do Semiárido. Segundo o relator da matéria, Gim Argello (PTB-DF), a área econômica do governo vai tratar do assunto.

O senador disse que o fato de o governo federal emprestar recursos a essas duas instituições financeiras aumenta sua capacidade de conceder crédito ao setor privado. Conforme Gim Argello, trata-se de “uma medida adequada, em um momento de restrição de crédito do setor financeiro privado às empresas e pessoas físicas”.

A destinação de recursos para o Banco do Nordeste foi incluída na MP original do Executivo pela Câmara e acatada pelo Senado. Tais recursos visam, segundo o relator na Câmara, deputado Jovair Arantes (PTB-GO), minimizar o risco de o banco desobedecer o limite estabelecido por resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) – o chamado patrimônio



Gim Argello (3º à esq.), relator, diz que governo vai negociar com senadores

de referência, utilizado para verificar o cumprimento dos limites operacionais das instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

Montadoras

Além do PLV 18/09, está interrompendo a pauta a MP 471/09 – segundo item da ordem do dia –, que concede incentivo fiscal às montadoras e fabricantes de veículos instalados nas regiões Norte, Nordeste e

Centro-Oeste.

Outro item que obstrui os trabalhos do Plenário nesta terça-feira é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 280/09, de iniciativa do presidente da República, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para exigir a formação de nível superior de professores da educação básica (educação infantil e ensinos fundamental e médio). Esse projeto tramita em regime de urgência.

Texto original foi acrescido de muitas emendas

Como boa parte das medidas provisórias que têm sido aprovadas pelo Congresso Nacional nos últimos anos, o PLV 18/09 também acabou agregando ao seu texto uma infinidade de temas que não dizem respeito ao seu propósito original – as transferências de recursos do Tesouro Nacional para a Caixa.

A medida provisória original (470/09) tratava, na verdade, de três assuntos propostos pelo governo federal: o crédito à Caixa; um novo prazo para pagamento de incentivos fiscais indevidos recebidos por certas empresas exportadoras; e novas regras para a cobrança do Imposto de Renda devido por empresas que adquiriram vagões, locomotivas e similares.

Depois de passar pela Câmara, o texto foi engordado com 22 emendas propostas pelo seu relator, Jovair Arantes, triplicando de tamanho em número de

artigos e parágrafos e incluindo diversos outros temas. Agora, no Senado, novas emendas estão sendo apresentadas pelo relator Gim Argello.

Assuntos

Uma das emendas da Câmara mantidas no Senado diz que os órgãos responsáveis pela cobrança da dívida ativa dos estados, do Distrito Federal e dos municípios poderão utilizar os bancos públicos para a realização de atos que viabilizem a satisfação amigável de créditos inscritos.

Gim Argello incluiu também emenda que permite o pagamento, de forma parcelada em até 180 meses, dos débitos administrados pelas autarquias e fundações públicas de qualquer natureza, tributários ou não, para com a Procuradoria-Geral Federal.

As entidades da área de saúde que prestam serviços assistenciais

não remunerados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) poderão ter seus certificados renovados se destinarem, no mínimo, 20% de suas contribuições sociais em serviços, com universalidade de atendimento, a beneficiários do SUS.

O relator no Senado propôs, também, alterando a legislação tributária federal, impedir que as mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus e vendidas a empresas varejistas possam se beneficiar da isenção de recolhimento do PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Outra emenda altera parte da Lei 5.615/70, que dispõe sobre o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), dispensando a licitação para contratação dessa entidade pela União para prestação de serviços de tecnologia da informação considerados estratégicos.



Fotos de J. Freixas

Desde 24 de fevereiro, ativista está em greve de fome pela libertação de presos políticos, ressalta Pedro Simon

Simon pede que Lula interfira no caso de cubano em greve de fome

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva "faria um gesto de grandeza" se interferisse no caso do ativista cubano Guillermo Fariñas, em greve de fome desde 24 de fevereiro. A opinião é do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que, na sexta-feira, também disse que Lula deveria pedir desculpas pelas declarações feitas sobre o ativista. Fariñas exige a libertação de presos políticos cubanos que estão doentes.

– Lula deveria reconhecer que errou ao comparar presos políticos cubanos em greve de fome com gangsteres e assassinos nas prisões de São Paulo.

Segundo Simon, Guillermo Fariñas é "um dos grandes nomes da Revolução Cubana". Citando matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, ele lembrou que o ativista "considerava-se um filho da revolução, que seu pai lutou com Che Guevara no

Congo em 1965 e ele mesmo serviu na campanha de Angola, em 1981".

– E agora Guillermo se encontra em estado grave – enfatizou Simon, questionando em seguida "como Lula pode ser contra a greve de fome, se ele próprio a fez quando era metalúrgico e lutava contra a ditadura".

Em apoio a Simon, Cristovam Buarque (PDT-DF) concordou e também defendeu a interferência de Lula, observando ainda que "uma greve de fome longa equivale a uma condenação à morte lenta".

Cristovam, no entanto, levantou a possibilidade de que Lula esteja interferindo no caso, mas sem que haja divulgação. Se isso for verdade, acrescentou, o presidente "está prestando um serviço às pessoas, mas um desserviço ao Brasil e à sua biografia, ao dar declarações que desmentem suas ações".



Alvaro Dias afirma que TCU encontrou irregularidades em 19 dos 52 contratos em execução no Paraná

Para Alvaro, visita do presidente ao Paraná é "turismo eleitoral"

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela visita, na sexta-feira, às obras da Refinaria Getúlio Vargas, no município de Araucária (PR). De acordo com o senador, dos 52 contratos em execução no estado, o Tribunal de Contas da União encontrou irregularidades em 19. Para Alvaro Dias, o objetivo da visita à obra da Petrobras, da qual também participou a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, é fazer propaganda eleitoral.

– O presidente foi ao Paraná com uma agenda inócua. O primeiro ato da sua visita ao estado foi aplaudir o superfaturamento – disse.

Para o senador, a presença de Lula em Araucária mostra o que seria a assimilação da "corrupção como uma prática inevitável no país".

– Se há a confirmação da

existência do superfaturamento, é preciso responsabilizar. Mas o presidente não faz isso – afirmou.

Alvaro Dias sugeriu que o Ministério Público apure irregularidades na obra. Ele informou que, de Araucária, o presidente Lula e a ministra Dilma seguiriam até Londrina (PR), para a inauguração de uma loja de teleatendimento da Vivo, da Portugal Telecom.

– Há justificativa para um presidente da República, numa sexta-feira, deslocar-se para inaugurar uma loja de teleatendimento da Vivo? Todos nós sabemos o que o presidente anda fazendo nos últimos meses nas suas viagens. É o turismo eleitoral. A obra que preocupa o presidente Lula no Paraná é a obra do palanque de Dilma Rousseff, candidata à Presidência da República – disse.

Para Cristovam Buarque, mais grave que a queda do produto interno bruto registrada no ano passado é a falta de perspectiva da população brasileira

"Crescimento nos últimos anos não melhorou o país"

AO SE REFERIR na sexta-feira à queda de 0,2% no produto interno bruto (PIB) brasileiro, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que mais grave que isso é a falta de perspectiva da população. Para o senador, mesmo que o PIB tivesse crescido, isso não significaria distribuição de renda, "até porque o crescimento econômico verificado nos últimos anos no país não tem sido distribuído".

– É um crescimento para poucos. O PIB só deveria ser comemorado quando a gente pudesse, junto a ele, ver como se distribuem os produtos que ele tem, porque o PIB é nada mais do que a soma dos produtinhos de cada unidade produtiva: a pequena fazenda ou a fazenda grande; a pequena oficina ou uma oficina grande. Somam-se todos os produtos, somam-se todas as rendas das pessoas, salários, lucros, e aí dá o que o país produziu. Isso não basta para saber se esse produto melhorou ou não o Brasil – disse.

Cristovam enfatizou a constatação de que o Brasil cresceu sem melhorar. Em sua análise, o país não melhorou, pois, paralelamente a seu crescimento econômico, cresceu a violência, a desigualdade e a destruição do meio ambiente.

– Estamos fazendo um crescimento que não é sintonizado com o futuro, um crescimento baseado na produção de auto-



móveis e não na melhoria do transporte. Uma coisa é aumentar a produção de automóveis, outra coisa é melhorar o transporte. O crescimento com base na produção de mais carros não basta para trazer satisfação e alegria. O que se quer não é ter um carro. O que se quer é ir depressa de casa para o trabalho e do trabalho para casa; da casa para a diversão e da casa para visitar amigos, parentes e familiares.

No mesmo discurso, Cristovam elogiou publicação lançada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) por ocasião da abertura da Campanha da Fraternidade, que escolheu como tema para a reflexão "Economia e Vida".



Cristovam: "Paralelamente à evolução da economia cresceu a desigualdade"



Senador diz que Congresso Nacional deve agradecer à cidade que o abriga

Mesquita Júnior defende homenagem a Brasília

Apesar de se dizer envergonhado com a crise política e administrativa enfrentada por Brasília, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou que esse sentimento não vai afastá-lo do compromisso de festejar os 50 anos da capital da República. O senador disse ontem que está convencido de que o Congresso Nacional tem um pleito de gratidão com a cidade e, por isso, prometeu interceder junto ao cerimonial do Senado para que seja organizada uma homenagem pela data.

– É preciso que a cidade tire proveito da crise para melhorar suas instituições, mas essa data não pode passar em branco. Todos têm o dever de prestar uma homenagem a Brasília, por mais singela que seja – declarou. Para ele, é importante "separar o joio do trigo" sem deixar que a crise impeça os festejos.

Devido a compromissos no Parlamento do Mercosul, Mesquita Júnior disse que não pôde participar da homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Ele saudou as mulheres na figura da creana Dercy Teles, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, homenageada com a leitura de uma crônica sobre sua vida.



Importância histórica do Rio de Janeiro é ressaltada por Paulo Duque

Paulo Duque quer um fluminense na Presidência

Paulo Duque (PMDB-RJ) lamentou o fato de o país ainda não ter escolhido como presidente um político do estado do Rio de Janeiro. Para o senador, a importância histórica daquela que foi a capital da República até a década de 60 do século 20 justificaria uma participação mais significativa de políticos fluminenses na vida política nacional.

– A história do Brasil foi escrita quase toda no Rio de Janeiro. De lá, a capital veio pra cá [Brasília], o que foi uma epopeia. Mas o Rio de Janeiro continua sem nunca ter feito um presidente – disse.

O senador listou todos os políticos que vestiram a faixa presidencial desde a proclamação da República, citando seus respectivos estados de origem. Ele chamou a atenção para a prevalência dos políticos dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Em relação ao Rio de Janeiro, Paulo Duque falou de Nilo Peçanha, que assumiu a Presidência após a morte de Afonso Pena, em 1909, e governou até 1910. Também citou o último presidente da República Velha, Washington Luiz, nascido em Macaé (RJ), mas radicado em São Paulo.